ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ECONOMISTAS

COLÓQUIO SOBRE "DEFESA DO PATRIMÓNIO FLORESTAL - A PROBLEMÁTICA DOS INCÊNDIOS NA FLORESTA"

PREJUIZOS ECONÓMICOS DOS FOGOS

de

Eng. Lucílio Martins

6 MAIO 1981

Rua da Estrela, 8 Telefones 66 15 84 - 66 15 85 1200 LISBOA

ALGUNS PROBLEMAS DA ORGANIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO FLORESTAL -
- a estrutura fundiária

Nobre Coutinho

Lucílio Martins

Se bem que os factores ecológicos condicionantes da ocorrência e propagação dos incêndios florestais assumam o seu carácter mais marcadamente adverso a sul do Tejo, o certo é que os prejuizos se fazem sentir com maior acuidade a Norte do mesmo rio. A razão decorre da circunstância de, nas províncias do Alentejo e do Algarve - bem como em parte do Ribatejo - o coberto florestal ser constituido dominantemente por povoamentos abertos de Quercíneas onde com frequência se procede a trabalhos de eliminação do mato existente sob coberto, quer para a prática de cultura cerealífera quer com vista à introdução de pastagens.

Deste modo, a atenção tem de virar-se fundamentalmente para as Beiras e Trás-os-Montes, sem esquecer que no Minho, muito embora sujeito a maior influência atlântica, não deixam de registar-se avultados prejuízos.

Recapitulando as causas a que tal se deve - existência quase exclusiva de povoamentos puros e ininterruptos de resinosas, abundância de vegetação arbustiva e subarbustiva sob coberto, carência de cortes culturais, conduzindo à não remoção de material seco eminentemente inflamável e deficiência de acessos - verifica-se que uma parte substancial dessas causas muito difícilmente poderá ser eliminada sem medidas que permitam reduzir os obstáculos ligados aos problemas estruturais (minifúndio) aí prevalecentes.

Com efeito é inimaginável um ordenamento espacial das culturas florestais quando se esteja perante conjuntos de pequenas ou muito pequenas explorações em cujo âmbito as decisões referentes à instalação do coberto florestal e à sua cultura se tomem isoladamente.

No tocante aos cuidados culturais, são óbviamente dificultados pela extrema debilidade financeira dos empresários, sem falar do "vasio técnico" a que forçosamente estes se encontram sujeitos.

Quanto aos caminhos, não pode deixar de reinar o caos onde qualquer visão de conjunto se encontra ausente.

A implantação de redes divisionais que, para além de elementos de defesa contra fogos, constitue apoio fundamental para uma adequada gestão, é simplesmente impensável quando se não tomem medidas para ultrapassagem das carências estruturais. O mesmo se pode afirmar quanto aos postos de vigia.

Soluções possíveis

No contexto vigente e a médio prazo, só uma surge como possível, consistindo no associativismo (de preferência sob forma cooperativa) dos empresários florestais.

Convem ter presente, no entanto, que se podem imaginar di-

versos graus de cooperação mas os problemas em causa só serão resolvidos quando se alcance um grau suficientemente avançado para constituir unidades de gestão em comum e, ao mesmo tempo, amplamente dimensionadas. Não se esconde que o objectivo "gestão em comum" é extremamente difícil de alcançar a curto prazo e sem um empenhamento total do próprio Estado destinado a abrir caminho, isto é, a possibilitar o "arranque". Só depois se pode imaginar que "as coisas comecem a marchar por si". Não havendo um decidido impulso exterior para tal arranque, tudo se limitará a aspirações bem intencionadas mas sem sequência prática.

Claro que uma solução deste tipo partindo de uma estrutura tão fragmentada como a existente comporta determinado número de problemas cuja solução também não é fácil, sobretudo na hipótese de o movimento associativo vir a generalizar-se suficientemente (como convém) para adquirir significado real em termos globais.

De entre esses problemas não serão os menores os respeitantes a uma gestão de tipo cooperativo compreendendo avultadíssimo número de cooperantes, bem como os que venham a resultar do flagrante aumento da produtividade do trabalho que também é essencial visar.

O primeiro destes problemas poderá talvez ser atenuado - embora não anulado - através da constituição de cooperativas de vários niveis, sucessivamente mais amplos. O segundo só com a acelaração do desenvolvimento económico (integrado) do País encontrará uma via segura de resolução.

Para rematar dir-es-à em resumo, que são premetentes medidas sistematizadas de apoio à cooperação, divulgação das suas vantagens, preferentemente através de experiências demonstrativas e estímulos à ampla participação dos interessados.